

**EDITAL**  
**CONCURSO DE PROJETOS Nº 001/2013**

Este concurso de projetos e o Termo de Parceria que dele resultar obedecerão integralmente, as Leis 8.666 de 21 de junho de 1993, lei 9.790 de 23 de março de 1999 e o Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, coordenado por Comissão Especial, criada pela portaria nº 560/2013.

**OBJETO:** Celebração de Termo de Parceria com entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de interesse público – OSCIP, para cooperação técnica, e coordenação de programas, na sua integralidade, para cooperação de programas na área de saúde, na Rede de Atenção às Urgências e Emergências, e Higienização das Unidades de Saúde.

**DATA DE RECEBIMENTO E ENCERRAMENTO DAS PROPOSTAS:**  
**02/12/2013.**

**DATA DE ABERTURA DOS ENVELOPES: ANÁLISE DA DOCUMENTAÇÃO E DAS PROPOSTAS: 02/12/2013, às 14h.**

**FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS:**

**EDITAL** – O edital poderá ser adquirido, gratuitamente, pelo site do Município de Vacaria; [www.vacaria.rs.gov.br](http://www.vacaria.rs.gov.br).

**EDITAL 001/2013**  
**CONCURSO DE PROJETOS**  
**PROCESSO Nº 172.251/13**

**1.0 – DISPOSIÇÕES PRELIMINARES**

**1.1 – O MUNICÍPIO DE VACARIA**, por meio de utilização deste Edital, e dos recursos da tecnologia de informação – INTERNET, e publicação de editais e avisos em jornal de grande circulação local, conforme lei 8.666/93 e lei 9.790/99, torna público, para conhecimento dos interessados, que na data, horário e local já indicado, realizará CONCURSO DE PROJETOS, tendo como objeto a celebração de Termo de Parceria com entidade de direito privado, sem fins lucrativos, qualificada como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP, cooperação técnica, e coordenação de programas, na sua integralidade, para **cooperação de programas na área de saúde, na Rede de Atenção às Urgências e Emergências, e Higienização das Unidades de Saúde**.

**1.2 – O procedimento de Concursos de Projetos e o Termo de Parceria** que dele resultar, obedecerão integralmente, a Lei nº 9.790 de 23 de março de 1999 e o Decreto nº 3.100 de 30 de junho de 1999, fiscalizados pela Comissão Especial, criada pela portaria nº 560/2013.

**2.0 – DO OBJETO**

**2.1 – O presente Concurso de Projetos tem por objeto a Celebração de Termo de Parceria com entidade de direito privado sem fins lucrativos qualificada como Organização da Sociedade Civil de interesse público – OSCIP, cooperação técnica, e coordenação de programas, na sua integralidade, para cooperação de programas na área de saúde, na Rede de Atenção às Urgências e Emergências, e Higienização das Unidades de Saúde.**

**2.2 – A Organização de Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP que vencer o Concurso de Projetos assumirá os projetos integralmente, em caso de necessidade e conveniência da Administração. Neste caso, a mesma será a responsável pelo pagamento de eventuais aluguéis, taxas de água, luz, telefone, despesas de veículos, ou quaisquer outros gastos que o programa poderá ter.**

**2.3** – A Organização de Sociedade Civil de Interesse Público – OSCIP deverá apresentar seu projeto conforme memorial descritivo, devendo ser seguido com rigor, e, a que vencer, executá-lo fielmente, sob pena de rescisão do contrato, sem prejuízo das demais aplicações das sanções previstas em Lei e neste edital.

### **3.0 – DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA**

**3.1** – As despesas provenientes deste Edital correrão por conta da dotação orçamentária a seguir:

**Secretaria Municipal de Saúde**

**6.018 – Manutenção UPA**

**31903400 – Outros Dep. Pessoal – Decorrente Contratos de Terceirização 7669/7670/7671**

**Secretaria Municipal de Saúde**

**6.008 – Assistência Médica à População**

**31903400 – Outros- Departamento Pessoal- decorrente de contratos de terceirização 7668**

### **4.0 – DOS VALORES MÁXIMOS**

**4.1** – As OSCIP's, interessadas em participar deste concurso de projetos, deverão respeitar o cronograma de início das atividades estipulado no memorial descritivo para elaboração de suas propostas.

**4.2** – O valor máximo mensal a ser desembolsado pelo Município, no período de 01 (um) ano, por projeto/atividade, será o constante no quadro abaixo:

| CATEGORIA PROFISSIONAL         | CARGA HORÁRIA | QUANTIDADE | SALÁRIO INDIVIDUAL | INSALUBRIDADE | ADICIONAL NOTURNO | DSR   | TOTAL INDIVIDUAL | TOTAL GERAL | ENCARGOS | TOTAL           |
|--------------------------------|---------------|------------|--------------------|---------------|-------------------|-------|------------------|-------------|----------|-----------------|
| <b>UPA</b>                     |               |            |                    |               |                   |       |                  |             |          |                 |
| Auxiliar de Farmácia Diurna    | 36 H/SEM      | 2          | 848,61             | 158,00        | -                 | -     | 1.006,61         | 2.013,22    | 1.610,58 | <b>3.623,80</b> |
| Auxiliar de Farmácia Folguista | 30 H/SEM      | 1          | 707,18             | 158,00        | 127,27            | 25,45 | 1.017,90         | 1.017,90    | 814,32   | <b>1.832,23</b> |

|  |          |    |           |          |          |        |           |            |            |                   |
|--|----------|----|-----------|----------|----------|--------|-----------|------------|------------|-------------------|
| Auxiliar de Farmácia - Noturno           | 36 H/SEM | 2  | 848,61    | 158,00   | 445,94   | 89,19  | 1.541,73  | 3.083,47   | 2.466,77   | <b>5.550,24</b>   |
| Recepcionista - Diurno                   | 36 H/SEM | 2  | 744,16    | 158,00   | -        | -      | 902,16    | 1.804,33   | 1.443,46   | <b>3.247,79</b>   |
| Recepcionista - Noturno                  | 36 H/SEM | 2  | 744,16    | 158,00   | 398,59   | 79,71  | 1.380,46  | 2.760,93   | 2.208,74   | <b>4.969,67</b>   |
| Recepcionista Folguista - Noturno        | 30 H/SEM | 1  | 620,14    | 158,00   | 114,12   | 22,83  | 915,09    | 915,09     | 732,07     | <b>1.647,15</b>   |
| Técnico em Radiologia - Diurno           | 24 H/SEM | 3  | 1.339,79  | 497,60   | -        | -      | 1.837,39  | 5.512,16   | 4.409,73   | <b>9.921,90</b>   |
| Técnico em Radiologia - Vespertino       | 24 H/SEM | 1  | 1.339,79  | 497,60   | 35,44    | 7,09   | 1.879,91  | 1.879,91   | 1.503,93   | <b>3.383,83</b>   |
| Técnico em Radiologia - Folguista Diurno | 8 H/SEM  | 2  | 480,98    | 497,60   | -        | -      | 978,58    | 1.957,17   | 1.565,73   | <b>3.522,90</b>   |
| Médico Plantonista - Diurno              | 36 H/SEM | 4  | 10.260,00 | 109,00   | -        | -      | 10.369,00 | 41.476,00  | 33.180,80  | <b>74.656,80</b>  |
| Médico Plantonista - Noturno             | 36 H/SEM | 4  | 10.260,00 | 109,00   | 1.555,35 | 311,07 | 12.235,42 | 48.941,68  | 39.153,34  | <b>88.095,93</b>  |
| Higienizador - Diurno                    | 36 H/SEM | 4  | 675,28    | 316,00   | -        | -      | 991,28    | 3.965,12   | 3.172,09   | <b>7.137,21</b>   |
| Higienizador - Noturno                   | 36 H/SEM | 2  | 675,28    | 316,00   | 367,36   | 73,48  | 1.432,11  | 2.864,23   | 2.291,38   | <b>5.155,61</b>   |
| Higienizador - Folguista                 | 30 H/SEM | 2  | 562,73    | 316,00   | 105,45   | 21,09  | 1.005,28  | 2.010,55   | 1.608,44   | <b>3.618,99</b>   |
| Copeira - Diurno                         | 36 H/SEM | 2  | 675,28    | 316,00   | -        | -      | 991,28    | 1.982,56   | 1.586,05   | <b>3.568,60</b>   |
| Copeira - Folguista                      | 30 H/SEM | 1  | 562,73    | 316,00   | -        | -      | 878,73    | 878,73     | 702,99     | <b>1.581,72</b>   |
| TOTAL UPA                                |          | 35 | 31.344,73 | 4.238,80 | 3.149,51 | 629,91 | 39.362,94 | 123.063,04 | 98.450,44  | <b>221.514,38</b> |
| <b>UNIDADES BÁSICAS</b>                  |          |    |           |          |          |        |           |            |            |                   |
| Higienizador - UBS                       | 40 H/SEM | 12 | 750,31    | 316,00   | -        | -      | 1.066,31  | 12.795,73  | 10.236,59  | <b>23.032,32</b>  |
| TOTAL UNIDADES BÁSICA                    |          | 12 | 750,31    | 316,00   | -        | -      | 1.066,31  | 12.795,73  | 10.236,59  | <b>23.032,32</b>  |
|  |          | 47 | 32.095,04 | 4.554,80 | 3.149,51 | 629,91 | 40.429,26 | 135.858,78 | 108.687,02 |                   |

|  |                   |
|--|-------------------|
| <b>Custo da Folha com Encargos</b>       | <b>244.546,70</b> |
| <b>Higienização</b>                      | <b>2.000,00</b>   |
| <b>Formação Profissional</b>             | <b>1.000,00</b>   |
| <b>Vale Alimentação UPA</b>              | <b>3.124,68</b>   |
| <b>Vale Alimentação UNIDADES BÁSICAS</b> | <b>1.071,32</b>   |
| <b>Vale Transporte UPA</b>               | <b>219,68</b>     |
| <b>Vale Transporte UNIDADES BÁSICAS</b>  | <b>75,32</b>      |
| <b>Total Geral</b>                       | <b>252.037,70</b> |

**4.3 – A Administração somente pagará pelos serviços realmente efetuados, sendo que a mesma não se obriga a manter serviços que não sejam necessários para o bom andamento do projeto.**

**4.4 – Salienta-se que todas as vantagens constantes das Convenções Trabalhistas deverão ser acrescidas pela OSCIP ao cálculo acima.**

**4.5 – O aumento dos salários seguirá as respectivas Convenções Trabalhistas, sendo que sempre que houver mudanças a Administração Pública assim acompanhará.**

**4.6 – As planilhas de pagamento poderão ser revistas, para manutenção do equilíbrio econômico-financeiro do contrato, baseado nas convenções trabalhistas. A Administração poderá alterar os valores de pagamentos para mais, ou para menos, caso os programas não estejam sendo cumpridos na sua totalidade.**

## **5.0 – DOS QUANTITATIVOS MÍNIMOS DE PESSOAL/CARGOS E ATRIBUIÇÕES**

Conforme memorial descritivo, as Unidades devem contar, no mínimo, com equipe de saúde composta por médico e enfermeiro nas 24 horas para atendimento contínuo de clínica médica e clínica pediátrica.

Nos casos em que a estrutura loco-regional exigir, tomando-se em conta as características epidemiológicas, indicadores de saúde como morbidade e mortalidade, e características da rede assistencial, poderá ser ampliada a equipe.

As Unidades devem contar com suporte ininterrupto de laboratório de patologia clínica de urgência, radiologia, os equipamentos para a atenção às urgências, os medicamentos definidos por esta Portaria, leitos de observação de 6 a 24 horas, além de acesso a transporte adequado e ligação com a rede hospitalar através da central de regulação médica de urgências e o serviço de atendimento pré-hospitalar móvel.

Nos casos em que tais centrais ainda não estejam estruturadas, a referência hospitalar bem como a retaguarda de ambulâncias de suporte básico, avançado e de transporte deverão ser garantidos mediante pactuação prévia, de caráter municipal ou regional.

Na Unidade tipo I, por se tratar de serviço com equipe reduzida, deverá haver sempre um profissional médico adicional de sobreaviso, que possa ser acionado para acompanhamento de pacientes críticos ou com instabilidade cardiorrespiratória, quando estes necessitem ser removidos e não haja serviço pré-hospitalar móvel estruturado.

As Unidades Não-Hospitalares de Atendimento às Urgências e Emergências deverão contar, obrigatoriamente, com os seguintes profissionais: coordenador ou gerente, médicos plantonistas, enfermeiros, técnicos de enfermagem, técnicos de radiologia, auxiliares de farmácia, higienizadores, copeiras e recepcionistas.

Importante informar que o coordenador, os enfermeiros e técnicos de enfermagem serão do quadro de servidores do município de Vacaria. Assim, na elaboração do plano de trabalho as OSCIP'S deverão levar em conta o caráter complementar do projeto, e considerar os critérios mínimos, quanto ao número de integrantes de cada equipe, para cada programa acima descrito, a fim de garantir o bom andamento dos serviços, salientando que serão pagas somente as partes dos programas que estiverem sendo desenvolvidas. Qualquer modificação no programa só poderá ser feita por parte do município de Vacaria.

As unidades básicas de saúde devem contar, no mínimo, com um higienizador por posto.

### **Observações:**

Considerando que a Unidade de Pronto Atendimento 24 horas Dr. José Camargo tem funcionamento ininterrupto, o horário de trabalho deverá ser definido por escala pela OSCIP parceira.

As escalas dos médicos plantonistas deverão ser entregues até o último dia do mês anterior, constando o nome completo e CRM (Conselho Regional de Medicina) do profissional.

Cabe a OSCIP parceira a responsabilidade ética profissional perante os conselhos (CRM e CFM), a orientação das atividades de ensino, treinamento e aperfeiçoamento profissional, técnico e ético dos integrantes do corpo clínico, bem como a normatização e a regulamentação ética, disciplinar e funcional do corpo clínico.

## **CARGOS E ATRIBUIÇÕES**

### **Função: Auxiliar de Farmácia**

**Quantidade de funcionários para UPA: 04 fixos + 01 folguista**

#### **Atribuições:**

- Prestar auxílio no recebimento dos medicamentos verificando quantidade, validade e laudo.
- Providenciar, através de sistema informatizado, a atualização de entradas e saídas de medicamentos; fazer a transcrição em sistema informatizado da prescrição médica.
- Organizar os medicamentos nas prateleiras, bem como verificar sua quantidade em relação à ficha de estoque.
- Auxiliar na elaboração dos relatórios e pedidos de medicamentos de acordo com a prescrição ou receita médica, sob orientação do profissional farmacêutico.
- Distribuir medicamentos aos pacientes que tiverem alta da observação.
- Executar outras tarefas correlatas que lhe forem atribuídas pelo superior imediato.
- Participar de programas de educação continuada.
- Cumprir normas e regulamentos da UPA.
- Desempenhar tarefas afins.

### **Função: Recepcionista**

**Quantidade de funcionários para UPA: 04 fixos + 01 folguista**

#### **Atribuições:**

- Compreender o conjunto de atividades que se destinam a executar tarefas de orientação e informação em geral.
- Prestar informações sobre os horários de atendimento, indicando locais e acompanhando, quando necessário, às pessoas interessadas;
- Atender ao telefone, quando necessário;
- Preencher quadros de controle e orientação;
- Executar, sob supervisão direta, tarefas simples de apoio administrativo;
- Executar outras atribuições afins.
- Organizar cadastros, fichários e arquivos eletrônicos de documentação, referente a área administrativa.

### **Função: Médico Plantonista Emergencialista**

**Quantidade de funcionários: 04 médicos diurnos e 4 noturnos**

#### **Atribuições:**

Médico Plantonista Emergencialista e suas atribuições, serão as constantes na Lei Nº 3.553 e Projeto de Lei Nº. 3.778/09 como se segue:

- É responsável por prestar atendimento de Urgência e Emergência passíveis de tratamento a níveis de pronto atendimento a pacientes tanto adultos como pediátricos, em demanda espontânea, cuja origem é variada e incerta, responsabilizando-se integralmente pelo tratamento clínico dos mesmos.

- Atender prioritariamente os pacientes de urgência e emergência identificados de acordo com protocolo de acolhimento definidas pela SMS, realizado pelo Enfermeiro Classificador de Risco;
- Realizar consultas, exames clínicos, solicitar exames subsidiários analisar e interpretar seus resultados; emitir diagnósticos; prescrever tratamentos; orientar os pacientes, aplicar recursos da medicina preventiva ou curativa para promover, proteger e recuperar a saúde do cidadão;
- Encaminhar pacientes de risco aos serviços de maior complexidade para tratamento e ou internação hospitalar (caso indicado) contatar com a Central de Regulação Médica, SUS-Fácil, para colaborar com a organização e regulação do sistema de atenção às urgências;
- Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente grave, até a sua recepção por outro médico nos serviços de urgência ou na remoção e transporte de pacientes críticos a nível intermunicipal, regional e estadual, prestar assistência direta aos pacientes nas ambulâncias, realizar os atos médicos possíveis e necessários, até a sua recepção por outro médico;
- Fazer controle de qualidade do serviço nos aspectos inerentes à sua profissão intensivista e de assistência pré-hospitalar;
- Garantir a continuidade da atenção médica ao paciente em observação ou em tratamento nas dependências da entidade até que outro profissional médico assuma o caso;
- Preencher os documentos inerentes à atividade de assistência pré-hospitalar à atividade do médico, realizar registros adequados sobre os pacientes, em fichas de atendimentos e prontuários assim como outros determinados pela SMS;
- Zelar pela manutenção e ordem dos materiais, equipamentos e locais de trabalho;
- Acompanhar pessoalmente pacientes que tenham necessidade de transferência entre Unidade de Pronto Atendimento e outros níveis de atenção hospitalar;
- Prescrever medicamentos observando a Política Nacional de Medicamentos excetuadas as situações aprovadas pela Comissão de Ética Médica e respeitada a Relação Municipal de Medicamentos Essenciais;
- Atendimento humanizado, de acordo com a Política Nacional de Humanização do SUS;
- Observância integral dos protocolos técnicos de atendimento e regulamentos estabelecidos pelo Ministério da Saúde e respectivos gestores do SUS;
- Participar das reuniões necessárias ao desenvolvimento técnico-científico da Unidade de Urgência e Emergência, caso convocado;
- Atestar óbitos domiciliares, quando solicitados;
- Obedecer ao Código de Ética Médica;
- Executar atividades afins.

#### **Função: Técnico em Radiologia**

**Quantidade de funcionários: 04 fixos + 02 folguistas**

#### **Atribuições:**

- Acionar e operar o equipamento.
- Executar o protocolo de preparo para o início e término da atividade diária do equipamento.



- Fazer o controle de todas as funções do equipamento durante todo o período de operação do mesmo.
- Cuidar para que as normas de operação radiológica do equipamento e dos indivíduos sejam atendidas.
- Manter o ambiente organizado.
- Executar atividades afins.

**Função: Higienizador**

**Quantidade de funcionários: 06 e 02 folguistas**

**Atribuições:**

- Seguir a rotina de higienização instituída pela UPA.
- Manter armários de roupas e materiais organizados e limpos.
- Fazer controle do estoque de roupas.
- Manter o ambiente limpo e organizado.
- Prevenir infecções na Unidade de Pronto Atendimento (UPA).
- Conservar equipamentos.
- Prevenir acidente de trabalho.
- Executar tarefas de limpeza em geral.
- Realizar o controle de material de higiene, repondo sempre quando necessário.
- Realizar o acondicionamento, coleta e destinação final de resíduos de serviços de saúde.
- Realizar o controle de entrada e saída de materiais de limpeza.
- Realizar trocas de roupas de cama com desinfecção dos leitos e outras atividades afins.
- Atender as solicitações de limpeza da enfermagem, quando necessário (vômitos, medicamentos, sangue, etc)
- Manter a parte externa da UPA limpa e organizada (calçadas, paredes e pátios).
- Seguir rotinas atribuídas pela enfermeira coordenadora.
- Executar atividades afins.

**Função: Copeira**

**Quantidade de funcionários: 02 fixas e 01 folguista**

**Atribuições:**

- Manter a copa limpa e organizada, inclusive a higienização da louça.
- Receber a alimentação dos pacientes.
- Conferir o cardápio; rever as dietas, conferir o mapa do paciente;
- Manter a ordem e limpeza da geladeira, micro-ondas, mesa e armários.
- Fazer chá ou café assim como servi-los. Servir água.
- Servir as refeições para os pacientes em observação.
- Seguir as rotinas atribuídas pela enfermeira coordenadora.
- Executar atividades afins.

**Função: Higienizador das Unidades de Saúde**

**Quantidade de funcionários: 12**

**Atribuições:**

- Seguir a rotina de higienização instituída pela Secretaria de Saúde.
- Manter armários de roupas e materiais organizados e limpos.
- Manter o ambiente limpo e organizado.
- Prevenir infecções nas Unidades de Saúde.
- Conservar equipamentos.
- Prevenir acidente de trabalho.
- Executar tarefas de limpeza em geral.
- Realizar o controle de material de higiene, repondo sempre quando necessário.
- Realizar o acondicionamento, coleta e destinação final de resíduos de serviços de saúde.
- Realizar o controle de entrada e saída de materiais de limpeza.
- - Atender as solicitações de limpeza da enfermagem, quando necessário (vômitos, medicamentos, sangue, etc)
- Manter a parte externa das Unidades limpa e organizada (calçadas, paredes e pátios).
- Seguir rotinas atribuídas pela enfermeira coordenadora.
- Executar atividades afins.

## **6.0 – CRONOGRAMA DE IMPLANTAÇÃO DE ATIVIDADES**

Os programas solicitados deverão entrar em funcionamento em até 30 (trinta) dias após assinatura do termo de parceria e início dos trabalhos, conforme planejamento das atividades a serem realizadas após esta ocorrência.

## **7.0 – DOS REPASSES DE RECURSOS FINANCEIROS**

O repasse dos recursos será efetuado aos vencedores do Concurso de Projetos nos valores e prazos demonstrados no quadro abaixo.

Valores máximos a serem desembolsados:

| <b>PRAZO</b> | <b>VALOR</b>   |
|--------------|----------------|
| 30 DIAS      | R\$ 252.037,70 |
| 60 DIAS      | R\$ 252.037,70 |
| 90 DIAS      | R\$ 252.037,70 |
| 120 DIAS     | R\$ 252.037,70 |
| 150 DIAS     | R\$ 252.037,70 |
| 180 DIAS     | R\$ 252.037,70 |
| 210 DIAS     | R\$ 252.037,70 |
| 240 DIAS     | R\$ 252.037,70 |
| 270 DIAS     | R\$ 252.037,70 |
| 300 DIAS     | R\$ 252.037,70 |

|          |                |
|----------|----------------|
| 330 DIAS | R\$ 252.037,70 |
| 365 DIAS | R\$ 252.037,70 |

## **8.0 – FORMALIZAÇÃO DE CONSULTAS**

**8.1** – Observado o prazo legal de dois dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, a entidade poderá formular consultas por e-mail ou fax, informando o número do concurso de projetos.

## **9.0 – REFERÊNCIA DE TEMPO**

**9.1** – Todas as referências de tempo no edital serão registradas em ata e na documentação relativa ao presente processo.

## **10.0 – CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO**

**10.1** – Poderão participar do processo os interessados que atenderem a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos.

**10.2** – O proponente poderá se fazer representar por procurador legalmente habilitado, mediante apresentação, até o início da sessão de abertura, de procuração pública ou particular com firma reconhecida, com poderes específicos para praticar todos os atos inerentes ao processo de concurso.

**10.3** – Estarão impedidos de participar de qualquer fase do processo interessados que se enquadre em uma ou mais das situações a seguir:

**10.3.1** – entidades que não sejam qualificados como OSCIP;

**10.3.2** – entidades que estejam sob processo de qualificação;

**10.4** – Para provar as condições de participação os interessados apresentarão os seguintes documentos, na forma autenticada:

**I** – Estatuto da OSCIP devidamente registrado, com área de atuação compatível com a dos programas descritos;

**II** – Ata de eleição da atual diretoria da OSCIP;

**III** – certidão de regularidade, em vigor, da Secretaria Nacional de Justiça do Ministério da Justiça, de qualificação como Organização da Sociedade Civil de Interesse Público, nos termos da Lei Federal 9.790/99;

**IV** – Declaração de Isenção do Imposto de Renda;

**V** - Balanço patrimonial e demonstrações contábeis do último exercício social, impresso e assinado por contador responsável, já exigível e apresentado na forma da Lei, para comprovação da boa situação da pessoa jurídica, com termo de abertura e encerramento devidamente registrados na forma da lei, no local, por lei, pertinente (Junta Comercial, etc.) através de:

a) carimbo; ou

b) prova de que a autenticação pela Junta Comercial foi realizada pelo Sistema Público de Autenticação digital (SPED) – Termo de Autenticação.

**Observação:** É vedada substituição do balanço por balancete ou balanço provisório, podendo aquele ser atualizado por índices oficiais quando encerrado há mais de 03 (três) meses da data de apresentação da proposta.

**a)** - A comprovação da boa situação financeira far-se-á com base nos indicadores a seguir relacionados (devendo ser apresentados já calculados):

**Compras diversas:**

$$LC = \frac{AC}{PC} \text{ igual ou superior a } \underline{0,8}$$

$$LG = \frac{AC + ANC}{PC + PNC} \text{ igual ou superior a } \underline{0,8}$$

$$SG = \frac{AR}{PC + PELP} \text{ igual ou superior a } \underline{1,2}$$

---

**Legenda:**

LC = Liquidez Corrente

ANC = Ativo Não Circulante

AC = Ativo Circulante

PNC = Passivo Não Circulante

PC = Passivo Circulante

SG = Solvência Geral

LG = Liquidez Geral

AR = Ativo Real

---

**Composição do Ativo Real:** Ativo Total diminuído dos valores de duplicatas descontadas, despesas do exercício seguinte, empréstimo a coligadas/sócios/acionistas/diretores e Ativo Diferido.

---

**Classificação final das licitantes:** As licitantes que apresentarem, no mínimo, dois dos três indicadores, iguais ou superiores aos estabelecidos neste item, obterão a classificação econômico-financeira, as demais serão inabilitadas.

---

Tendo em vista o que consta da Instrução Normativa da Receita Federal Brasileira nº 787/07, o SICAF (Sistema de Cadastramento Unificado de Fornecedores) foi alterado, no sentido de permitir que o Balanço Patrimonial do exercício 2008, referente ao ano-calendário de 2007, fosse considerado válido até 30 de junho de 2010, e o Balanço de 2012, ano-calendário de 2010, seja considerado válido até 30 de junho de 2014, e assim sucessivamente, independente do tipo de constituição da pessoa jurídica, tudo como forma de garantir a isonomia entre os participantes de licitações e as contratações da Administração Pública Federal. Esse procedimento, que foi adotado por alguns Estados da Federação, nos parece correto e será adotado também neste certame, decorrentes das modificações realizadas pela Instrução Normativa nº 787/07, da Receita Federal.

---

**Justificativa dos índices adotados:**

LC – Liquidez Corrente: Calculada a partir da razão entre os direitos a curto prazo da licitante (Caixas, bancos, estoques, clientes) e as dívidas a curto prazo (Empréstimos, financiamentos, impostos, fornecedores). No Balanço estas informações são evidenciadas respectivamente como Ativo Circulante e Passivo Circulante. A partir do resultado obtido podendo fazer a seguinte análise: Resultado da Liquidez Corrente: Maior que 0,8: Resultado que demonstra folga no disponível para uma

possível liquidação das obrigações; Se igual a 0,8: Os valores dos direitos e obrigações a curto prazo são equivalentes; Se menor que 0,8: Não há disponibilidade suficiente para quitar as obrigações a curto prazo, caso fosse preciso.

LG - Liquidez Geral: Este índice leva em consideração a situação a longo prazo da licitante, incluindo no cálculo os direitos e obrigações a longo prazo. Estes valores também são obtidos no balanço patrimonial.

SG – Solvência Geral: Este índice mostra a capacidade de pagamento da licitante tomando como base o seu ativo total, “quanto maior melhor”.

---

**VI – Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoa Jurídica (CNPJ), com situação cadastral ativa;**

**VII – Prova de regularidade com a Fazenda Federal** (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais expedida pela Secretaria da Receita Federal e Certidão Negativa de Débitos quanto à dívida ativa da União, expedida pela Procuradoria Geral da Fazenda Nacional), **Estadual e Municipal**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;

**VIII - Prova de regularidade relativa à Seguridade Social (INSS), demonstrando situação regular no cumprimento dos encargos sociais instituídos em lei;**

**IX - Prova de regularidade junto ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS);**

**X – Prova de regularidade trabalhista, de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT;**

**XI – Certidão negativa de falência ou concordata expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, em prazo não superior a 60 (sessenta) dias da data designada para a apresentação do documento;**

**XII – certidão ou atestado, público ou privado, comprovando experiência na realização de Termo de Parceria com objeto similar ao deste edital;**

**10.5 - Todos os documentos apresentados para o certame deverão ser originais, ou cópias autenticadas por tabelião ou funcionário da Prefeitura Municipal de Vacaria.** Caso a licitante opte por autenticar os documentos no Município, deverá realizá-lo em até 03 (Três) dias úteis anteriores a data de recebimento dos projetos. Os documentos expedidos pela internet poderão ser apresentados em forma original, ou cópia reprográfica sem autenticação, entretanto, estarão sujeitos a verificação de suas autenticidades através de consulta realizada pela Comissão de Licitações.

**10.6 - Todos os documentos apresentados para o certame deverão ser correspondentes unicamente a um CNPJ.** Os documentos que não contiverem data de validade expressa serão aceitos com data de expedição não superior a 30 (trinta) dias retroativos a data de abertura da licitação, salvo disposição em contrário neste edital.

## **11.0 – REGULAMENTO OPERACIONAL DO CONCURSO DE PROJETOS**

**11.1** – A seleção e o julgamento dos projetos seguirão as seguintes atribuições:

**11.1.1** – o mérito intrínseco e adequação ao edital do projeto apresentado;

**11.1.2** – a capacidade técnica e operacional da candidata;

**11.1.3** – a adequação entre meios sugeridos, seus custos, cronogramas e resultados;

**11.1.4** – o ajustamento da proposta às especificações técnicas;

**11.1.5** – a regularidade jurídica, técnica, fiscal, econômica-financeira e institucional da OSCIP;

**11.2** – Quando todas as OSCIPs proponentes forem INABILITADAS ou DESCLASSIFICADAS, a critério da Administração, poderá ser dado o prazo de 08 (oito) dias para a apresentação de nova documentação;

**11.3** – A Comissão Especial de Organização e Julgamento do Concurso de Projetos, criada pela portaria nº 560/2013, no interesse da Administração Pública, poderá relevar omissões puramente formais, desde que não comprometam o projeto, a legislação e a lisura deste procedimento.

## **12.0 – DO ENVIO DAS PROPOSTAS**

**12.1** – As propostas deverão ser apresentadas separadamente, em dois envelopes, da seguinte forma: **envelope 01** contendo a documentação relativa às condições de participação; **envelope 02** contendo a proposta técnica do trabalho e a proposta financeira, as quais serão analisadas e avaliadas de acordo com as regras pré-estabelecidas neste edital.

**12.2** – Todas as propostas técnicas deverão estar em consonância com as diretrizes dos programas, priorizando:

- Reestruturação organizacional;
- Gestão de pessoas;
- Gestão de processos;
- Comunicação;
- Saúde preventiva e comunitária;

## **13.0 – AVALIAÇÃO E CLASSIFICAÇÃO DAS PROPOSTAS**

**13.1** – avaliação das propostas técnicas será realizada pela Comissão Especial nomeada pelo portaria nº 560/2013, conforme as leis pertinentes, que analisará as propostas adotando critérios de pontuação, conforme se segue:

**13.1.1** – A seleção das entidades será embasada nas notas atribuídas às suas Propostas Técnicas, Financeiras, levando em conta as experiências, vivências práticas anteriores, situação de liquidez patrimonial e a regularidade jurídica dos proponentes com os seguintes pesos:

**CRITÉRIO DE CLASSIFICAÇÃO DO CONCURSO DE PROJETOS:**

**1. O (s) PROJETO(S) das concorrentes habilitadas será (ão) avaliado(s) com base nos critérios estabelecidos na seguinte PLANILHA DE CLASSIFICAÇÃO E AVALIAÇÃO DOS PROJETOS:**

| <b>Crítérios de Avaliação e Classificação das Propostas</b>  | <b>Pontuação</b> | <b>Peso</b> | <b>Notas (pontuação x peso)</b> |
|--|------------------|-------------|---------------------------------|
| <b>Avaliação da Capacidade Técnica e Operacional da Candidata Proponente</b>   |                  |             |                                 |
| <b>1. EXPERIÊNCIA ANTERIOR DAS CANDIDATAS EM PROJETOS DE UNIDADE DE PRONTO ATENDIMENTO – UPA 24 h</b>                                  |                  |             | $N1 = (N1.1 + N1.2 + N1.3)$     |
| 1.1 Quanto à OSCIP   | 1 a 2            | 5           | N 1.1.                          |
| 1.2.Quanto a composição e qualificação da equipe técnica.  | 1 a 3            | 5           | N 1.2.                          |
| 1.3.Quanto à experiência demonstrada nas áreas técnicas requeridas.  | 1 a 3            | 5           | N 1.3                           |
| <b>Avaliação do mérito intrínseco e adequação do PROJETO ao Edital</b>   |                  |             |                                 |
| <b>2. COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA DO PROJETO</b>  |                  |             | $N 2 = (N 2.1 + N 2.2 + N 2.3)$ |
| 2.1. Coerência ao Edital dos meios sugeridos   | 0 a 2            | 2           | N 2.1.                          |
| 2.2. Viabilidade das estratégias propostas.  | 0 a 2            | 2           | N 2.2                           |
| 2.3. Adequação ao Edital das ações sugeridas   | 0 a 2            | 2           |                                 |
| <b>3. ADEQUAÇÃO AO EDITAL DOS MEIOS SUGERIDOS, RESULTADOS ESTIMADOS, CUSTOS E EXIQUIBILIDADE NAS DIFERENTES FORMAS DE ATENDIMENTO.</b> | 0 a 3            | 4           | N3.                             |
| <b>4. AJUSTAMENTO DA PROPOSTA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.</b>   | 0 a 2            | 3           | N4                              |
| NOTA TÉCNICA (NT)*= $\Sigma (N1:N4) = \text{SOMA } (N1:N4)$  |                  |             |                                 |
| NOTA FINAL PARA CLASSIFICAÇÃO DA PROPOSTA (NF) = $NT/70 \times 100$  |                  |             |                                 |

1.1. Para efeito de atribuição de pontos aos critérios de classificação adotados, serão considerados os critérios estabelecidos nos 04 (quatro) QUADROS, constantes do item 2;

1.2. A Nota Técnica (NT) da proposta será igual à somatória dos pontos obtidos nos critérios de classificação adotados, ponderados pelo peso atribuído a cada um deles, ou seja:  $NT = \Sigma (N1, N2, N3 \text{ e } N4)$ .

1.3. A Nota Técnica Máxima que pode ser alcançada pelo(s) PROJETO(S) será de 70(setenta) pontos;

1.4. A Nota Final (NF) para classificação do(s) PROJETO(S) será obtida através da seguinte fórmula:  $NF = NT/70 \times 100$

1.5. Após a avaliação, o(s) PROJETO(S) será (ão) classificado(s) por ordem decrescente de pontuação obtida na Nota Final (NF).

1.6 Não será (ão) aprovados o(s) o(s) PROJETO(S) que alcançar (em) Nota Técnica Inferior a 35 (trinta e cinco pontos e/ou que obtiverem nota 0 (zero) em quaisquer um dos critérios de avaliação (N1 até N4);

1.7. Em caso de empate entre uma ou mais candidatas, serão usados os seguintes critérios de desempate:

- Maior nota alcançada no item 1 “ EXPERIÊNCIA ANTERIOR DA CANDIDATA EM Projeto de Unidade de Pronto Atendimento - Upa 24 horas.

- Caso ainda não tenha sido possível o desempate, utilizar-se-á o critério da maior nota atribuída à COERÊNCIA E CONSISTÊNCIA DO PROJETO.

- Persistindo o empate utilizar-se-á o critério da maior nota atribuída a ADEQUAÇÃO AO EDITAL DOS MEIOS SUGERIDOS, RESULTADOS ESTIMADOS, CUSTOS E EXIQUIBILIDADE NAS DIFERENTES FORMAS DE ATENDIMENTO.

- Na sequência, se ainda necessário, utilizar-se-á o critério da maior nota atribuída ao AJUSTAMENTO DA PROPOSTA ÀS ESPECIFICAÇÕES TÉCNICAS DO TERMO DE REFERÊNCIA DO EDITAL.

- Se ainda assim persistir o empate nas notas finais atribuídas aos Projetos apresentados, o desempate ocorrerá por sorteio.

## 2. CRITÉRIOS DE AVALIAÇÃO E PONTUAÇÃO DOS PROJETOS

2.1. Avaliação da Capacidade técnica e Operacional da candidata proponente.

2.1.1 Critérios de pontuação referentes à experiência anterior da candidata na Gestão de programa de Unidade de Pronto Atendimento – UPA 24 horas.

| CRITÉRIO                                     | DESCRIÇÃO DO CRITÉRIO  | NOTA |
|--|--|------|
| <b>Quanto a OSCIP</b>                        | A OSCIP comprova por meio de atestado(s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando o local, as condições de execução do ajuste e o período de vigência de Termo de Parceria em Projetos na ÁREA DE SAÚDE no período de 3(três) a 5(cinco) anos.          | 01   |
|  | A OSCIP comprova por meio de atestado(s) de capacidade técnica expedido por pessoa jurídica de direito público ou privado, indicando o local, as condições de execução do ajuste e o período de vigência de Termo de Parceria em Projetos na ÁREA DE SAÚDE por período superior a 5 (cinco) anos e um dia. | 02   |
| <b>Quanto à composição e qualificação da</b> | A OSCIP comprova por meio de demonstração documental possuir em seus quadros responsável técnico(a) de nível superior, com formação em medicina, que por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, possa comprovar ter   | 01   |



|  |   |    |
|--|---|----|
| <b>equipe técnica.</b>                     | executado serviço de características semelhantes às do Objeto do presente Edital.   |    |
|  | A OSCIP comprova por meio de demonstração documental contar além do responsável técnico de nível superior com formação em Medicina, com Médico(a) Auditor(a), enfermeiro(a), e técnico(a) de enfermagem que, por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, possa comprovar ter executado serviço de características semelhantes às do Objeto do presente Edital   | 02 |
|  | A OSCIP, comprova por meio de demonstração documental contar além do responsável técnico de nível superior com formação em medicina, com Médico (a) Auditor(a), enfermeiro(a) e técnico(a) de enfermagem, contar com profissional farmacêutico(a) e fisioterapeuta, que por meio de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, possa comprovar ter executado serviço de características semelhantes às do Objeto do presente Edital. | 03 |
| <b>Quanto às áreas técnicas requeridas</b> | A OSCIP comprova por meio de demonstração documental e de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado possuir equipe técnica com formação/qualificação/experiência em uma das áreas requeridas no presente Edital.   | 01 |
|  | A OSCIP comprova por meio de demonstração documental e de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado possuir equipe técnica com formação/qualificação/experiência em duas das áreas requeridas no presente Edital.  | 02 |
|  | A OSCIP comprova por meio de demonstração documental e de atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado possuir equipe técnica com formação/qualificação/experiência nas três áreas requeridas no presente Edital.   | 03 |

### 2.1.2 Critérios de pontuação referentes à avaliação do mérito intrínseco e adequação do Projeto ao Edital.

|   |  |   |
|---|--|---|
| Os meios sugeridos no PROJETO da OSCIP para execução total do OBJETO          | Não contemplam as exigências do Edital.          | 0 |
|   | Contemplam parcialmente as exigências do Edital. | 1 |
|   | Contemplam integralmente as exigências do Edital | 2 |
| As estratégias propostas no PROJETO DA OSCIP para a execução total do OBJETO. | Não contemplam as exigências do Edital.          | 0 |
|   | Contemplam parcialmente as exigências do Edital. | 1 |

|  |  |   |
|--|--|---|
|  | Contemplam integralmente as exigências do Edital               | 2 |
| As ações formuladas no PROJETO DA OSCIP para a execução total do OBJETO. | Não são suficientes para atingir o Objeto do Edital.           | 0 |
|  | São parcialmente suficientes para atingir o Objeto do Edital   | 1 |
|  | São integralmente suficientes para atingir o Objeto do Edital. | 2 |

2.1.3 Critérios de pontuação referentes aos meios sugeridos, custos, resultados estimados e exequibilidade nas diferentes formas de atendimento.

| <b>Adequação ao Edital dos meios sugeridos, custos, resultados estimados e exequibilidade nas diferentes FORMAS ATENDIMENTO</b>                    | <b>SIM</b> | <b>NÃO</b> |
|--|------------|------------|
| Os meios e ações propostos no Projeto apresentado são exequíveis?  |            |            |
| Os resultados estimados no Projeto estão adequados ao Edital?  |            |            |
| Os meios e ações propostos no Projeto são coerentes com as Diretrizes Metodológicas contidas no Edital?  |            |            |
| Os custos dos meios e ações contidos no Projeto são compatíveis com os resultados estimados e adequam-se ao volume de repasses contidos no Edital? |            |            |
| O Projeto informa a maneira como a OSCIP irá comprovar as despesas previstas?  |            |            |
| O Projeto estipula as metas específicas quanto aos serviços que serão prestados?   |            |            |

| <b>Critérios</b>                             | <b>PONTOS</b> |
|--|---------------|
| Se 6(seis) respostas forem NÃO               | 0             |
| Até 3(três) respostas forem SIM              | 1             |
| De 4 (quatro) a 5(cinco) respostas forem SIM | 2             |
| Se 6 (seis)respostas forem SIM               | 3             |

2.1.4 Critérios de pontuação referentes ao Ajustamento da Proposta às especificações técnicas do Edital.

| <b>Ajustamento da proposta às especificações técnicas do Edital</b> | <b>PONTOS</b> |
|---|---------------|
|---|---------------|

|   |   |
|---|---|
| O Projeto apresentado não premia as indicações técnicas contidas no Termo de Referência do Edital | 0 |
| O Projeto premia em parte as indicações técnicas contidas do Termo de Referência do Edital        | 1 |
| O Projeto premia a totalidade das indicações técnicas contidas no Termo de Referência do Edital   | 2 |

**13.1.2** – Havendo empate, decidir-se-á mediante sorteio.

## **14.0 – DA CONTRATAÇÃO**

**14.1** – Será firmado Termo de Parceria com a entidade vencedora, o qual terá vigência de um ano, podendo ser prorrogado, observado o limite previsto na legislação vigente, através de Termo Aditivo, de comum acordo entre as partes, desde que não haja mudança do objetivo ou alteração das metas, e de que a solicitação seja feita no prazo de 30 (trinta) dias antes do término de sua vigência.

**14.1.1** – Excepcionalmente, mediante justificativa, o proponente, conforme o caso poderá solicitar a reformulação do plano de trabalho, quando se tratar apenas de alteração da programação de execução, que será previamente apreciada pela área técnica e submetida à aprovação da autoridade competente da Municipalidade, vedada, porém, a mudança do objeto ou das metas, ainda mesmo que não haja alteração de classificação econômica das despesas.

**14.1.2** – A entidade deverá comparecer no prazo máximo de 05 (cinco) dias úteis, contados a partir do recebimento da convocação oficial pelo setor competente, para a assinatura do Termo de Parceria.

**14.1.3** – Decorrido o prazo de 05 (cinco) dias úteis após o recebimento do comunicado oficial para assinatura do Termo de Parceria, e não tendo a entidade vencedora comparecido ao chamamento, perderá o direito à contratação e estará sujeita as penalidades previstas no item 19, deste Edital.

**14.1.4** – Devido a carência de profissionais em alguns períodos imprevisíveis, excepcionalmente, também, poderá haver por parte do contratado a subcontratação parcial dos serviços, no caso, os de nível superior, previstos no objeto deste projeto, desde que estes se mostrem técnico e economicamente viáveis para a Administração. Embora não haja vínculo direto e imediato entre a Administração e o subcontratado, esse último responde solidariamente com o vencedor deste projeto pela perfeição da prestação executada. Nenhuma despesa

extra deverá recair aos cofres públicos devido a esta subcontratação, ou seja, os valores deverão manter-se dentro do valor estipulado, no quadro de referência, pelo Município para pagamento dos profissionais.

**14.2** – Qualquer entendimento relevante entre Parceiro Público e a OSCIP será formalizado por escrito e também integrará o Termo de Parceria.

**14.3** – A inexecução total ou parcial do Termo de Parceria enseja a sua rescisão.

## **15.0 – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DO PARCEIRO PÚBLICO**

**15.1** – Compete ao Parceiro Público:

**15.1.1** – Prestar todos os esclarecimentos que forem efetuados pela OSCIP.

## **16.0 – RESPONSABILIDADES E OBRIGAÇÕES DA OSCIP**

**16.1** – Compete a OSCIP a execução do Termo de Parceria obedecendo aos seguintes critérios:

**16.1.1** – A fiscalização da execução do Termo de Parceria será realizada pela Comissão de Avaliação nomeada pelo executivo conforme o artigo 11 da Lei 9.790/99, combinado com o artigo 20 do decreto nº 3.100/99.

**16.1.2** – A OSCIP deverá assumir integral responsabilidade pela boa execução e eficiência dos serviços que efetuar, bem assim, pelos danos decorrentes da realização dos mesmos.

**16.1.3** – Caso a OSCIP vencedora não possua sede, filial ou escritório neste município, deverá providenciá-lo no prazo máximo de 60 (sessenta) dias, contados a partir da assinatura do Termo de Parceria, ficando o proponente vencedor, caso não o providencie, sujeito às penas do item 19 do presente Edital.

## **17.0 IMPUGNAÇÃO AO EDITAL**

**17.1** – Até 02 (dois) dias úteis antes da data fixada para recebimento das propostas, qualquer pessoa, física ou jurídica poderá solicitar esclarecimentos, providências ou impugnar o Edital do Concurso de Projetos.

**17.2** – A falta de manifestação imediata e motivada importará a preclusão do direito de impugnação.

## **18.0 – RECURSOS**

**18.1** – O recurso deverá ser interposto no prazo de 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato ou da lavratura da ata nos casos: habilitação ou inhabilitação, julgamento dos projetos, da anulação ou revogação do concurso de projetos, da aplicação de penas de advertência, suspensão temporária ou de multa.

**18.2** – Não será concedido prazo para recursos sobre assuntos meramente protelatórios ou quando não justificada a intenção de interpor o recurso pela proponente.

**18.3** – Os recursos e contra-razões de recurso, bem como impugnação do edital, deverão ser dirigidos à Comissão Especial de Organização e Julgamento do Concurso de Projetos e protocolados junto ao Protocolo Geral do Município, localizado na rua Ramiro Barcelos, 915, Centro, Vacaria-RS, em dias úteis, no horário das 8h às 17h, o qual deverá receber, examinar e submetê-los a autoridade competente que decidirá sobre a pertinência.

**18.4** – A falta de manifestação no prazo estipulado importará na decadência do direito de recorrer.

## **19.0 – SANÇÕES ADMINISTRATIVAS**

**19.1 – ADVERTÊNCIA:** A penalidade de advertência poderá ser aplicada nas seguintes hipóteses:

**19.1.1** - Descumprimento das obrigações assumidas contratualmente ou na licitação, desde que não acarrete prejuízos para a entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

**19.1.2** - Outras ocorrências que possam acarretar pequenos transtornos ao desenvolvimento dos serviços da entidade, independentemente da aplicação de multa moratória.

**19.2 – MULTA:** A entidade poderá aplicar à licitante ou contratada, multa moratória e multa por inexecução contratual:

### **19.2.1 - MULTA MORATÓRIA**

A multa moratória poderá ser cobrada pelo atraso injustificado, execução em desacordo com o solicitado no objeto ou de prazos estipulados no Edital para os compromissos assumidos:

I - A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) por dia corrido de atraso, sobre o valor da NOTA DE EMPENHO, até o máximo de 05 (cinco) dias de atraso. Após esse prazo, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 19.3.

II – A multa moratória será de 0,50% (cinquenta centésimos por cento) pela execução em desacordo com as exigências do edital, sobre o valor total da NOTA DE EMPENHO, por infração, com prazo de até 05 (cinco) dias consecutivos para a efetiva adequação. Após (duas) infrações e/ou após o prazo para adequação, poderá, também, ser rescindido o contrato e/ou imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 19.3.

III – A multa moratória será de 10% (dez por cento), pela não regularização da documentação referente à regularidade fiscal, no prazo previsto neste edital, por parte da licitante detentora da melhor proposta, e poderá, também, ser imputada à licitante vencedora a pena prevista no item 19.3.

#### **19.2.2 - MULTA POR INEXECUÇÃO CONTRATUAL**

I - A multa por inexecução contratual poderá ser aplicada no percentual de 10% (dez por cento) ao mês, pró-rata-dia, sobre a respectiva fatura, acrescida de correção monetária e juros de 12 (doze por cento) ao ano.

II – O atraso injustificado na assinatura do contrato ou a rescisão do mesmo por culpa da contratada implicará em multa de 10% (dez por cento) sobre o valor total da proposta, independentemente da penalidade de suspensão.

#### **19.3 – SUSPENSÃO**

**19.3.1** – A suspensão temporária do direito de licitar e contratar com o Município de Vacaria/RS destina-se aos inadimplentes culposos que prejudicarem a execução do contrato por fatos graves, cabendo defesa prévia, no prazo de 5 (cinco) dias úteis da data do recebimento da intimação, podendo ser aplicada nas seguintes hipóteses pelos seguintes períodos:

##### **19.3.2 - Por 6 (seis) meses:**

I - Atraso no cumprimento das obrigações assumidas, que tenham acarretado prejuízo à entidade.

II - Execução insatisfatória do contrato, se antes tiver havido aplicação da sanção de advertência.

##### **19.3.3 - Por 1 (um) ano:**

I - Na ocorrência de qualquer ato ilícito praticado pelo licitante visando frustrar seus objetivos ou que inviabilize a licitação, resultando na necessidade de promover novo procedimento licitatório.

II - Recusar-se a assinar o Termo de Contrato e Retirar a Nota de Empenho dentro do prazo estabelecido.

**19.3.4 - Por 2 (dois) anos:**

I - Se recusar a fornecer informações suficientes ou fornecê-las inadequadamente;

II - Cometer atos ilícitos que acarretem prejuízo à entidade, ensejando a rescisão do contrato;

III - Tiver sofrido condenação definitiva por praticar, por meios dolosos, fraude fiscal no recolhimento de quaisquer tributos;

IV - Apresentar a entidade qualquer documento falso ou falsificado, no todo ou em parte, para participar da licitação;

V - Demonstrar, a qualquer tempo, não possuir idoneidade para licitar e contratar com a entidade;

**19.4 - DECLARAÇÃO DE INIDONEIDADE PARA LICITAR E CONTRATAR COM A ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA**

**19.4.1** - A Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com a Administração Pública será proposta, se anteriormente for constatada uma das seguintes hipóteses:

I - Má-fé, ações maliciosas e premeditadas em prejuízo ao Poder Público;

II - Evidência de atuação com interesses escusos;

III – Reincidência de faltas ou aplicação sucessiva de outras penalidades;

**19.4.2** – Ocorrendo as situações acima expostas, o Município de Vacaria/RS, poderá aplicar a Declaração de Inidoneidade para licitar e contratar com toda a Administração Pública, concomitantemente, com a aplicação da penalidade de suspensão de 2 (dois) anos, extinguindo-se após seu término.

**19.4.3** - A Declaração de Inidoneidade implica proibição da contratada de transacionar com a Administração Pública, enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição, até que seja promovida a reabilitação perante a Administração.

**19.4** - As penalidades previstas neste Edital poderão ser aplicadas, isoladas ou cumulativamente, sem prejuízos de outras sanções cabíveis. Constituem irregularidades, também, passíveis das sanções acima descritas, as seguintes:

**19.4.1** – A não manutenção da proposta, injustificadamente;

**19.4.2** – Comportar-se de modo inidôneo;

- 19.4.3** – Apresentação de declaração falsa;
- 19.4.4** – O cometimento de fraude fiscal;
- 19.4.5** – Falhar ou fraudar na execução do Termo de Parceria;
- 19.4.6** – A perda de qualquer um dos requisitos de qualificação como OSCIP, sem a devida Comunicação para rescisão de contrato.

## **20.0 – DISPOSIÇÕES FINAIS**

**20.1** – O presente concurso de projetos não importa necessariamente em celebração de Termo de Parceria, podendo o Município, revogá-lo, no todo ou em parte, por razões de interesse público, derivado de fato superveniente comprovado ou anulá-lo por ilegalidade, de ofício ou por provocação mediante ato escrito e fundamentado disponibilizado no sistema para conhecimento dos participantes do concurso.

**20.2** – Os proponentes assumem todos os custos de preparação e apresentação de suas propostas e o Município não será em nenhum caso, responsável por esses custos, independentemente da condução ou do resultado do concurso de projetos.

**20.3** – O proponente é responsável pela fidelidade e legitimidade das informações prestadas e dos documentos apresentados em qualquer fase do concurso de projetos.

**20.3.1** - A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicará imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a Rescisão do Termo de Parceria sem prejuízo das demais sanções cabíveis.

**20.4** – Após apresentação da proposta, não caberá desistência, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente e aceito pela Comissão.

**20.5** – Na contagem dos prazos estabelecidos neste edital e seus anexos, excluir-se-á o dia do início e incluir-se-á o do vencimento. Só se iniciam e vencem os prazos em dias de expediente no Município.

**20.6** – As proponentes intimadas para prestar quaisquer esclarecimentos adicionais deverão fazê-lo no prazo determinado pela Comissão, sob pena de desclassificação.

**20.7** – O desatendimento de exigências formais, não essenciais, não importará no afastamento do proponente, desde que seja possível a aferição da sua qualificação e a exata compreensão da sua proposta.

**20.8** – As normas que disciplinam este Concurso de Projetos serão sempre interpretadas em favor da ampliação da disputa entre os proponentes, desde que não comprometam o interesse da Administração, a finalidade e a segurança da contratação.



**20.9** – As decisões referentes a este Concurso de Projetos poderão ser comunicadas aos proponentes por qualquer meio de comunicação que comprove o recebimento ou, ainda, mediante publicação na Imprensa Oficial.

**20.10** – A participação do proponente neste Concurso de Projetos implica aceitação de todos os termos deste Edital.

**20.11** – Não havendo expediente ou ocorrendo qualquer fato superveniente que impeça a realização do certame na data marcada, a sessão será automaticamente transferida para o primeiro dia útil subsequente, no mesmo horário e local anteriormente estabelecido, desde que não haja comunicação da Comissão em contrário.

**20.12** – Quaisquer pedidos de esclarecimentos em relação a eventuais dúvidas na interpretação do presente edital e anexos, deverão ser dirigidos a Comissão através do e-mail: [licita@vacaria.rs.gov.br](mailto:licita@vacaria.rs.gov.br) ou por escrito e protocolados junto a Prefeitura Municipal de Vacaria, localizado na rua Ramiro Barcelos, 915, Centro, em dias úteis, no horário das 8h às 17h.

**20.13** – Os casos omissos serão decididos pela Comissão Especial de Organização e Julgamento do Concurso de Projetos em conformidade com as disposições constantes dos Decretos e Leis citadas neste edital.

**20.14** – Qualquer impugnação, recurso ou questionamento, somente será aceito se advindo de OSCIP, mediante comprovação de registro da Organização no Ministério da Justiça.

**20.15** – O foro designado para julgamento de quaisquer questões judiciais resultantes deste edital será o da Comarca da realização do Termo de Parceria, considerado aquele a que está vinculada a Comissão.

**20.16** – São partes integrantes deste edital:

**20.16.1** – Anexo I (minuta do Termo de Parceria); e

**20.16.2** – Anexo II (Projeto Básico/Memorial Descritivo).

Vacaria, 08 de outubro de 2013.

Elói Poltronieri  
**Prefeito Municipal**

## **ANEXO I**

### **Minuta do Termo de Parceria**

## **ANEXO II**

### **Projeto Básico**